



**Cadernos**  
de pesquisa interdisciplinar  
em ciências humanas

**ISSN 1678-7730 N. 65 – FPOLIS, DEZEMBRO, 2004.**

**A MORAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
UMA PERSPECTIVA REALISTA**

**Marcelo Beckert Zapelini**

**Editor**

Prof. Dr. Rafael Raffaelli

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis  
Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant  
Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe  
Profa. Dra. Miriam Grossi  
Prof. Dr. Selvino José Assmann

**Editores Assistentes**

Cláudia Hausman Silveira  
Dora Maria Dutra Bay  
Elisa Gomes Vieira  
Katja Plotz Fróis  
Maria da Graça Agostinho Faccio  
Silmara Cimbalista

**Secretaria Executiva**

Liana Bergmann

## A MORAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA REALISTA

Marcelo Beckert Zapelini <sup>✉</sup>

### RESUMO

A teoria realista das relações internacionais considera o poder como o elemento central de análise dessas relações, desconsiderando elementos ideais, ainda que, alguns representantes dessa corrente teórica admitam um papel para a moralidade nas relações entre os Estados. Assim sendo, é necessário avaliar o papel da moralidade na política como um todo, para poder situá-la dentro da realidade específica das relações internacionais, o que leva à conclusão de que existe uma relação entre essas dimensões mesmo dentro da perspectiva realista.

Palavras-chave: Relações internacionais; Moralidade; Realismo político; Poder; Estado.

### ABSTRACT

The realist theory of International Relations considers power as the focus on the analysis of those relations, ignoring idealistic elements. However, representatives of this theory can assume an important role to morality in relations among states. It is necessary to value how morality acts into politics as a whole in order to fit itself into the reality of International Relations. That leads to the conclusion that exists a connection between those dimensions even inside the realistic perspective.

Keywords: International Relations; Morality; Political Realism; Power; State.

---

<sup>✉</sup> Mestre em Administração pela UFSC, professor colaborador da ESAG/UDESC, aluno especial do DICH

## A MORAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA PERSPECTIVA REALISTA

Marcelo Beckert Zapelini

### **Introdução**

O presente *paper* visa analisar o papel da moralidade e da ética nas Relações Internacionais, a partir de uma formulação realista da política internacional. Em termos metodológicos, ele deve ser classificado como qualitativo (não existe pretensão de construção de conhecimentos, é não-experimental, e não inclui nenhuma análise numérica ou estatística dos posicionamentos de formuladores de política internacional) e descritivo (uma vez que procura pontos de contato entre as visões dos autores, sem entretanto contribuir para o acúmulo de novos conhecimentos sobre o tema). Como método de coleta de dados, foi utilizada exclusivamente a pesquisa bibliográfica.

Como um ponto de partida para a análise, assumiu-se a hipótese de que a política e a ética possuem um relacionamento; visto serem as relações internacionais um ramo da política, as questões que se tenta responder são: moral e ética são conceitos importantes para o estudo das Relações Internacionais? Em caso positivo, quão importantes são esses conceitos?

O trabalho estruturou-se em torno dos seguintes itens, além desta Introdução: em primeiro lugar, apresenta-se sucintamente a visão de Bobbio sobre o relacionamento entre ética e política; o segundo item refere-se às visões de Morgenthau (2003), Aron (1985, 1986), Wight (1985) e Wendzel (1985) sobre o papel da ética nas Relações Internacionais; a seguir, busca-se determinar pontos em comum entre essa visão realista, a exposição de Bobbio (2003) e a análise de Pierre Hassner (2004), desconsiderando sua abordagem das diferentes teorias éticas nas relações internacionais, já que incluem diversas perspectivas não-realistas; as Considerações Finais propõem novas direções de estudo.

### A relação entre ética e política: a visão de Bobbio

Norberto Bobbio investigou a relação entre política e ética com certo grau de profundidade em dois artigos presentes na antologia “O Filósofo e a Política” (2003), a saber, “A Política” e “Ética e Política”. Não é objetivo deste trabalho construir uma análise profunda desses estudos, apenas extrair alguns aspectos que podem servir de guia para este estudo. Em primeiro lugar, é preciso observar que, para o autor, a relação entre política e moral é deontológica e pertence à esfera do dever ser, sendo necessário julgar a política a partir de padrões diferentes da moral: “[...] a política tem suas razões e, portanto, suas justificações, que são diferentes das razões e, em consequência, das justificações do indivíduo que atua tendo em vista seus próprios interesses” (BOBBIO, 2003, p. 147).

Duas possíveis explicações para isso são: a regra moral permite exceções, não sendo, portanto, universalmente válida; além disso, a duplicidade da ética apontada por Weber (convicção e responsabilidade) permite um profundo contraste entre política e moral, já que a conduta do político é julgada por seus resultados (BOBBIO, 2003). Mas a relação entre a moral e a política não é diferente das relações entre a moral e qualquer outra atividade humana, havendo o agravante de que, historicamente, é aceitável que o político se comporte de maneira diferente do indivíduo comum (BOBBIO, 2003).

Cinco teorias são apresentadas para justificar esse distanciamento entre a moral e a política:

- a) *Teoria da derrogação*: considera que existe apenas um código normativo, o moral, que é universal, porém não aplicável a certos casos; há casos especiais que permitem exceções à lei moral, que são consideradas como “derrogações” da lei moral. Assim, o político, sujeito a uma ampla variedade de situações excepcionais, poderia estar dentro dessas exceções;
- b) *Teoria da ética especial*: postula que existem singularidades que justificam que determinados indivíduos estejam sujeitos a normas específicas. Essa teoria é comparada por Bobbio à ética profissional, que ele chama de “moral singular”, mas isso não significa que se possa falar de uma corporação profissional de políticos, e sim de verificar se as atividades do político justificariam uma moral específica. Em

sendo positiva a resposta a essa pergunta, pode-se portanto concluir que a ética do político seria a ética política em si;

- c) *Teoria da superioridade da política*: trata-se de uma concepção em que se reconhece uma relação hierárquica entre moral e política, considerando esta superior àquela. Dessa forma, o homem político, ao agir conforme o que dita a política, em vez da moral, estaria obedecendo a uma norma superior e portanto sua ação seria justificada;
- d) “*Os fins justificam os meios*”: é uma teoria dualista, que analisa as ações em termos de fins ou de meios, as primeiras chamadas “finais” (boas em si mesmas) e as outras “instrumentais” (boas em termos de alcançar suas finalidades). A política é vista como uma esfera em que predominam as ações instrumentais, devendo portanto ser julgadas de acordo com sua eficácia em alcançar metas;
- e) “*As duas éticas*”: outra teoria dualista, em que se reconhece a existência de duas éticas separadas para julgar as ações dos indivíduos, baseadas em critérios diferentes e, portanto, capazes de produzir resultados diferentes: uma ação pode ser considerada correta de acordo com uma ética e incorreta de acordo com a outra, como no caso da distinção weberiana.

Bobbio (2003) observa que uma questão essencial não é contemplada nessas teorias, qual seja, a legitimidade do fim pretendido na ação política, observando que não basta avaliar se os meios são adequados à ação. Assim, para julgar a política é preciso usar a moral, mesmo que seja uma moral singular, distinta da moral do indivíduo; a política não pode ser colocada a serviço de qualquer finalidade.

### **Ética e moralidade nas relações internacionais: visões realistas**

O primeiro aspecto que deve ser mencionado é que todos os quatro autores pesquisados consideram que a ética e a moralidade desempenham um papel nas relações internacionais: Morgenthau afirma que a política externa é uma atividade profundamente marcada pelo significado moral (2003); Aron (1985, 1986) afirma que, apesar de existir uma “ilusão idealista” em termos do verdadeiro papel da moralidade nas relações internacionais, é preciso que as ações sejam dotadas de uma virtude moral, a prudência, e que sejam marcadas pela sabedoria, através da análise da

conjuntura, dos princípios, da oportunidade da ação, da vontade dos povos e das relações de força no cenário internacional; Wight (1985) afirma que a moral resulta da segurança das nações na política do poder, podendo se expressar num interesse internacional comum, além de observar que um *ethos* mundial poderia ser uma importante fonte de modificação na política do poder; Wendzel (1985), por fim, inclui a ética entre os fatores que influenciam a formulação de políticas.

Praticamente todos os autores pesquisados identificam o poder como elemento central do relacionamento entre as nações, mas também nutrem reservas em relação à capacidade deste de estabelecer um padrão para este relacionamento. Morgenthau (2003, p. 421) é o mais crítico, considerando o poder “[...] um método grosseiro e não confiável de limitar as aspirações de poder no cenário internacional”, que, se deixado em liberdade para reinar, causaria revoltas e levaria as relações internacionais a uma situação hobbesiana de guerra de todos contra todos. Esse estado de natureza hobbesiano que imperaria entre as nações também é apontado por Aron (1986).

Outro ponto muito importante refere-se à mudança do papel da moral nas relações internacionais. Para Wight (1985), houve uma mudança moral profunda na política internacional quando da passagem da Idade Média para a Moderna, tendo desaparecido o sentimento de totalidade e de unidade sócio-política predominante na Europa durante o período medieval; Maquiavel é citado pelo autor como um dos exemplos dessa mudança. Morgenthau (2003) verifica que, no passado, havia um sistema ético de abrangência internacional que restringia a política externa, que foi destruído pela mudança de responsabilidade nos negócios externos (originalmente a cargo de aristocratas vinculados por laços de família e culturais, por um modo de vida comum e convicções morais comuns, isto é, por um padrão moral supranacional) e pela substituição de paradigmas universais por padrões nacionalistas: a ascensão do nacionalismo aniquilou a antiga ordem internacional, baseada numa aristocracia cosmopolita, fazendo surgir em seu lugar um sistema de ordens nacionais com padrões individuais de conduta, cada vez mais particularistas e exclusivistas. Cada nação passou a considerar o seu sistema de ética particular como universalmente válido, enfraquecendo ainda mais o antigo padrão universal de conduta.

Qual seria, então, a importância da ética nas relações internacionais? Morgenthau (2003) parece estabelecê-la como elemento moderador do uso do poder por parte das nações mais fortes, afirmando que, embora sistemas de pensamento como o de Nietzsche e o nazi-fascista tenham estabelecido justificativas morais para o predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, eles se mostraram autodestrutivos. “Mitigar o uso do poder” no cenário doméstico é o máximo que a moralidade conseguiu, de acordo com ele (MORGENTHAU, 2003).

Aron (1986) considera que o dever primordial do estadista é garantir a sobrevivência de sua nação, o que lhe exige ser prudente, agindo de acordo com a situação e não conforme um princípio imutável; um juízo ético a respeito das ações dos Estados deve ser sempre histórico, levando em conta os objetivos e suas consequências. Isso conduz à moral da sabedoria; esta, por sua vez, considerada em uma realidade de guerra nuclear, é vista como uma moral da responsabilidade no sentido weberiano.

Wight (1985) admite que a moral possui seu lugar, mas pouco o trabalha, concentrando sua atenção em outros aspectos do poder internacional. Wendzel (1985), por fim, afirma que a ética influencia a política internacional nos seguintes aspectos: a) formulação de objetivos a longo prazo, bem como a seleção das políticas para alcançá-los; b) imagem que os formuladores de políticas têm de si próprios; c) catalisador para a ação ou aumento da militância em termos de ação; d) freio para as ações. Mas Wendzel não é um otimista, afirmando que a ética muitas vezes é manipulada e interpretada flexivelmente para justificar as ações empreendidas (algo que faz lembrar a discussão de Morgenthau a respeito do choque entre diferentes éticas nacionais), podendo levá-lo ao moralismo (uma posição que Aron critica em “Paz e Guerra entre as Nações”, considerando-a tão absurda quanto o realismo sem retoques ou nuances).

### **Uma visão de conjunto**

O tratamento dado pelos quatro autores se encaixa na formulação “ética e relações internacionais”, dada por Pierre Hassner (2004). Segundo este, uma ética das relações internacionais seria uma ética singular, como a ética profissional (ou seja, estaria dentro da ética singular definida por Bobbio), ao passo que o tratamento dado

pela fórmula ética e relações internacionais conduz diretamente às oposições entre consciência (seja individual ou universal) e razão de estado, idealismo e realismo, ética da convicção e ética da responsabilidade, política em Kant e em Maquiavel.

Uma análise da ética no contexto das relações internacionais fatalmente levanta o problema dos meios e fins. Hassner (2004), indiretamente, coloca o seguinte questionamento: a quem caberia a responsabilidade moral das ações nas relações internacionais, ao Estado ou ao indivíduo? Wendzel (1985) parece deixar claro que a responsabilidade pertence ao formulador de política, o que traz à mente o problema do consenso moral, levantado por Morgenthau (2003). Sendo hoje os formuladores de política internacional, em boa parte, agentes de governos democraticamente eleitos, em vez dos aristocratas do passado, as dificuldades de se atingir um consenso em torno de valores morais válidos nas relações internacionais são quase incontornáveis. Além disso, como observa Hassner,

No interior de uma comunidade, o Estado pode obter sua autoridade moral da proteção e da educação que oferece a seus cidadãos, aos quais o vincula uma reciprocidade de direitos e deveres. Se os Estados se encontram, segundo a velha fórmula, no estado de natureza, se não houver autoridade superior que arbitre suas disputas, então o sacrifício exigido aos cidadãos no plano da vida e no da ética, bem como as regras de respeito mútuo, de cooperação, de fidelidade nos compromissos e de moderação nas relações entre Estados têm muito menos razões e oportunidades de se imporem no interior de um meio entregue à competição selvagem ou à guerra de todos contra todos (2004, p. 480).

Um ponto importante, que merece ser levantado, diz respeito às dimensões da reflexão sobre a ética nas relações internacionais:

- a) Sujeitos coletivos envolvidos, ou seja, a própria idéia de relações internacionais;
- b) Fins pretendidos;
- c) Meios utilizados para o atingimento desses fins;
- d) Estrutura dos meios, a partir das relações entre indivíduos, coletividades particulares (Estados) e humanidade (HASSNER, 2004).

A primeira dimensão não deixa dúvidas nos quatro autores analisados: são os Estados os principais atores envolvidos nas relações internacionais, a partir de seus formuladores de política; atores não-governamentais são colocados em segundo plano

na perspectiva realista. Os fins também não suscitam dúvidas, havendo uma concordância em torno da idéia de que todos os Estados desejam essencialmente conquistar ou manter poder em termos internacionais. Os meios não são suficientemente discutidos nos trechos selecionados dos quatro autores, mas são tratados por todos eles em seus livros (dadas as limitações de espaço deste trabalho, não se aprofundará essa questão).

Finalmente, cumpre avaliar onde se encaixa a análise ética das relações internacionais na classificação das teorias da relação ética e moral trabalhada por Bobbio. Visivelmente, os autores realistas consideram que a ética, nas relações internacionais, assume um papel instrumental, dentro da teoria das duas éticas. Aron (1985, 1986) e Morgenthau (2003) são os mais claros neste sentido. As dimensões levantadas por Hassner (2004) deixam bastante espaço para os meios a serem utilizados para o atingimento das finalidades de política internacional, mas ele deixa bem claro que os meios estão em função dos fins.

### **Considerações finais**

Um trabalho limitado como este oferece mais questionamentos do que conclusões, e pelo menos um destes conduz a um novo trabalho, inquirindo a respeito da validade das visões realistas no mundo contemporâneo, sobretudo com as mudanças provocadas pelo fim da Guerra Fria e pelo terrorismo fundamentalista. A análise desses autores, identificados com uma ordem mundial em que predominava a bipolaridade, ainda é válida? O que se pode afirmar a respeito de uma moral internacional num contexto em que uma nação assume o papel de única superpotência, como é o caso dos EUA hoje em dia? São questões que clamam por novos e mais profundos estudos a respeito do papel da moralidade no cenário internacional.

Além disso, observa-se que Morgenthau (2003) afirma que a guerra contemporânea é travada em torno de ideologias, o que encontra eco na afirmação de Hassner (2004) de que atualmente a moral parece ter tomado o lugar da ideologia no cenário internacional. Morgenthau escreveu num cenário de guerra fria, Hassner, num cenário posterior (seu trabalho data de 1995 – anterior ao surgimento do terrorismo como um elemento importante nas relações internacionais), mas ambos parecem estar

de acordo com a tese do choque de civilizações de Huntington: culturas e formas diferentes de encarar o mundo começam a dificultar a concordância em termos de valores e estimulam o surgimento de conflitos. Hassner (2004) observa que, no contexto do recurso à moral como justificativa, um Estado afirma que sua ação está inteiramente de acordo com os padrões normais de atuação política, enquanto que seus críticos denunciam esses atos como transgressões de valores absolutos; paralelamente, um Estado invoca razões de sobrevivência para manter em segredo suas ações enquanto que os críticos exigem transparência. Tudo isso o leva a concluir que, enquanto os governos são consequencialistas, a crítica é deontológica (HASSNER, 2004); a contraposição entre ética da responsabilidade e ética da convicção fica mais viva do que nunca.

### **Referências:**

- ARON, Raymond. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política**: antologia. São Paulo: Contraponto, 2003.
- HASSNER, Pierre. Relações internacionais: a normalidade do extremo. In: CANTO-SPERBER, Monique (org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2004. v. 2, p. 479-485.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Edunb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais**. Brasília: Edunb, 1985.
- WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Edunb, 1985.

Artigo entregue em 10 de novembro de 2004.